



MENSAGEM LEGISLATIVA Nº 30, DE 22 DE MARÇO DE 2021.

Excelentíssimo Senhor

MARCELO JOSÉ BURGEL

M. D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

EXMOS. SRS. VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

Dirijo-me a Vossas Excelências, respeitosamente, na figura de Chefe do Poder do Executivo e pelos poderes me conferidos pela Lei Orgânica do Município, para encaminhar o Projeto de Lei nº 27/2021, para alteração de alguns dispositivos da **Lei nº 2.170, de 12 de Fevereiro de 2021**, a qual dispõem acerca da Reavaliação Atuarial do ano de 2020, e das alíquotas de contribuição previdenciária devidas pelo Município de Campo Novo do Parecis ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

As referidas alterações foram solicitadas pelo **FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis**, em razão de que os dispositivos da lei original estariam divergentes da minuta do projeto de lei apresentadas para elaboração da Lei 2.170/2021.

Demonstrada a relevância das alterações pelo **FUNSEM**, e sendo o que tínhamos a expor, prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares a manifestação do meu singular apreço, submetendo referido projeto em **regime de urgência especial** de tramitação, visando à posterior aprovação.

Atenciosamente,


RAFAEL MACHADO
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº 27/2021

22 de Março de 2021

Autoria: Poder Executivo Municipal

**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.170, QUE
DISPÕE SOBRE A REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2020 E
ALTERA AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO
PREVIDENCIÁRIA DEVIDAS PELO MUNICÍPIO AO
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS.**

Art.1º. Acrescenta parágrafo único ao Art 1º da Lei nº 2.170/2021:

Art. 1º.....

Parágrafo Único: De uma contribuição mensal dos aposentados e pensionistas igual 14.00 % (quatorze por cento), calculada sobre a parcela dos proventos que superarem o teto máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art.201 da Constituição Federal, conforme Lei Municipal nº 2.112, de julho de 2020.

Art. 2º. O art. 2º da Lei nº 2.170/2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários será de 20,35 % (vinte inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) e a taxa administrativa referente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora RPPS será de 2 % (dois por cento). Perfazendo assim, o custo normal mensal de 22,35 % (vinte e dois inteiros e trinta e cinco centésimo por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos".



Art. 3º. Seja alterada a tabela vigente da Lei 2.170/2021, passando a ser utilizada a tabela do anexo I do presente Projeto de Lei **Nº 27/2021**.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 22 de março de 2021.


RAFAEL MACHADO
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.


CARLA CRISTINA FREITAS SILVA
Secretária Municipal de Administração

ANEXO I: TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	APOORTE ANUAL (12 PARCELAS)
0	-	(132.439.227,64)			
1	2020	(138.540.296,38)	(6.101.068,74)	7.774.182,66	1.673.113,92
2	2021	(143.826.301,39)	(5.286.005,01)	8.132.315,40	2.846.310,39
3	2022	(146.527.934,63)	(2.701.633,25)	8.442.603,89	5.740.970,65
4	2023	(146.441.922,74)	86.011,90	8.601.189,76	8.687.201,66



5	2024	(146.261.632,08)	180.290,66	8.596.140,86	8.776.431,52
6	2025	(145.978.051,74)	283.580,34	8.585.557,80	8.869.138,14
7	2026	(145.581.360,06)	396.691,68	8.568.911,64	8.965.603,31
8	2027	(145.060.852,04)	520.508,02	8.545.625,84	9.066.133,86
9	2028	(144.404.860,18)	655.991,87	8.515.072,01	9.171.063,88
10	2029	(143.600.668,24)	804.191,93	8.476.565,29	9.280.757,22
11	2030	(142.634.417,36)	966.250,88	8.429.359,23	9.395.610,11
12	2031	(141.491.003,61)	1.143.413,75	8.372.640,30	9.516.054,05
13	2032	(140.153.966,53)	1.337.037,08	8.305.521,91	9.642.558,99
14	2033	(138.605.367,59)	1.548.598,94	8.227.037,84	9.775.636,78
15	2034	(136.825.657,79)	1.779.709,81	8.136.135,08	9.915.844,89
16	2035	(134.793.533,38)	2.032.124,41	8.031.666,11	10.063.790,52
17	2036	(132.485.778,74)	2.307.754,64	7.912.380,41	10.220.135,05
18	2037	(129.877.095,07)	2.608.683,67	7.776.915,21	10.385.598,88
19	2038	(126.939.913,83)	2.937.181,23	7.623.785,48	10.560.966,71
20	2039	(123.644.193,45)	3.295.720,39	7.451.372,94	10.747.093,33
21	2040	(119.957.197,75)	3.686.995,69	7.257.914,16	10.944.909,85
22	2041	(115.843.254,70)	4.113.943,05	7.041.487,51	11.155.430,56
23	2042	(111.263.493,37)	4.579.761,33	6.799.999,05	11.379.760,38
24	2043	(106.175.557,45)	5.087.935,93	6.531.167,06	11.619.102,99
25	2044	(100.533.293,06)	5.642.264,38	6.232.505,22	11.874.769,60
26	2045	(94.286.408,67)	6.246.884,39	5.901.304,30	12.148.188,69



27	2046	(87.380.104,44)	6.906.304,23	5.534.612,19	12.440.916,42
28	2047	(79.754.668,47)	7.625.435,97	5.129.212,13	12.754.648,10
29	2048	(71.345.036,85)	8.409.631,62	4.681.599,04	13.091.230,66
30	2049	(62.080.314,31)	9.264.722,54	4.187.953,66	13.452.676,20
31	2050	(51.883.251,96)	10.197.062,35	3.644.114,45	13.841.176,80
32	2051	(40.669.678,21)	11.213.573,75	3.045.546,89	14.259.120,64
33	2052	(28.347.878,78)	12.321.799,43	2.387.310,11	14.709.109,54
34	2053	(14.817.921,14)	13.529.957,64	1.664.020,48	15.193.978,13
35	2054	29.081,52	14.847.002,66	869.811,97	15.716.814,64

Assinado:



**FUNSEM - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
CNPJ 24.734.238/0001-09**

OFICIO Nº 058/2021/FUNSEM

Campo Novo do Parecis, 11 de março de 2021.

A Vossa Excelência

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis – MT

Assunto: Solicitar alteração da Lei nº 2.170, de 12 de fevereiro de 2021

Senhor Prefeito,

No dia 12 de fevereiro de 2021 a lei 2.170 foi aprovada pelo Legislativo Municipal. Acontece que ao recebermos a lei aprovada, constatou-se que o texto aprovado, tem algumas divergências da minuta do projeto de lei (segue cópia em anexo) que foi encaminhada para o Executivo através do ofício nº 050/2020 (segue cópia em anexo) protocolado no dia 24/07/2020. O certo é que, algumas informações importantes que deveriam constar na referida lei, não foram inseridas.

Diante do relatado, solicito a inclusão e alteração das seguintes informações:

- a) **Seja incluído o art. 2º da minuta do projeto de lei**, com a seguinte redação: “De uma contribuição mensal dos aposentados e pensionistas igual 14,00% (quatorze por cento), calculada sobre a parcela dos proventos que superarem o teto máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, conforme Lei Municipal nº 2.112, de 10 de junho de 2020.”
- b) **Altere o art. 2º da lei 2.170** conforme discriminado no ofício 063/2020 (segue cópia em anexo) protocolado no dia 18/08/2020, possuindo a seguinte redação: “A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários será de 20,35% (vinte inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) e a taxa administrativa referente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora RPPS será de 2% (dois por cento). Perfazendo assim, o custo normal mensal de 22,35% (vinte e dois inteiros e trinta e cinco



**FUNSEM - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT**

CNPJ 24.734.238/0001-09

cinco centésimo por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos”.

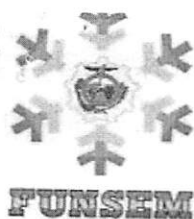
- c) **Seja substituída** a tabela que segue em anexo a lei 2.170, pela tabela enviada na minuta do projeto de lei. Pois a Reavaliação Atuarial 2020, com data base de 31/12/2019, na página 77 consta a tabela da minuta do projeto de lei como a tabela indicada para o plano de amortização do déficit atuarial.
- d) Ademais, solicito que tal solicitação seja analisada com urgência, devido a intempestividade do ato.

Certo de podermos contar com a honrosa solidariedade de Vossa Excelência, antecipamos agradecimentos.

Respeitosamente,

RAYMILSON SANTANA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro Interino – FUNSEM



**FUNSEM - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICO
MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
CNPJ 24.734.238/0001-09**

Ofício nº 050/2020 - FUNSEM

Campo Novo do Parecis-MT, 16 de Julho de 2020.

Ao Ilustríssimo Sr.
RAFAEL MACHADO
Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis - MT

PROTOCOLO	
Nº	8726/2020
DATA:	24/07/20 HORA: 10:36
ASS:	<i>michelli</i>

Ilustríssimo Senhor Prefeito.

Vimos por meio deste encaminhar a Vossa Excelência o PROJETO DE LEI, para aprovação da Nova Alíquota de Contribuição Patronal, buscando garantir o equilíbrio atuarial do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Campo Novo do Parecis-MT.

Sendo assim, apresentamos o Modelo de Projeto de Lei (em anexo) juntamente com a Reavaliação Atuarial nº 1.474 e a Ata do Conselho Curador que consta a aprovação dos dados da Reavaliação Atuarial, para que Vossa Excelência encaminhe à Câmara de Vereadores do Município de Campo Novo do Parecis-MT, como o escopo de apreciação, deliberação e aprovação do citado Projeto pelo soberano plenário do parlamento municipal.

Devido à importância da matéria, requeiro, nos termos do regimento interno da Câmara Legislativa, que sua tramitação se dê em REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL.



**FUNSEM - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
CNPJ 24.734.238/0001-09**

Certo de podermos contar com a honrosa
solidariedade de Vossa Excelência, antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,

Wilson Leal Miranda
Diretor Executivo - Funsem
Portaria 1.115/2017

PROJETO DE LEI - LEI Nº NNNN/AAAA

Dispõe sobre a Reavaliação Atuarial/2020 e altera as alíquotas de contribuição previdenciária devidas pelos Segurados e pelo Ente, ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo dos Parecis - MT, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal de Campo Novo dos Parecis - MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CONSIDERANDO a alteração da alíquota de contribuição para os servidores públicos ativos de qualquer dos Poderes da União trazida pela Emenda Constitucional 103/19 em seu artigo 11 e a sua entrada em vigor; e

CONSIDERANDO o reinício da contagem do prazo máximo de 35 (trinta e cinco anos) para o plano de amortização, a contar da publicação desta lei, trazida pelo artigo 6º, I, da Instrução Normativa SPREV nº 007/2018, da Portaria MF 464/2018;

Art. 1º - A contribuição previdenciária de responsabilidade dos servidores ativos, relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 14,00% (quatorze por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, conforme Lei Municipal nº 2.112 de 10 de junho de 2020.

Art. 2º - De uma contribuição mensal dos aposentados e pensionistas igual a 14,00% (quatorze por cento), calculada sobre a parcela dos proventos que superarem o teto máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, conforme Lei Municipal nº 2.112 de 10 de junho de 2020.

Art. 3º - A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 22,35% (vinte e dois inteiros e trinta e cinco centésimos por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 4º - Fica instituído plano de amortização, destinado ao equacionamento do déficit atuarial, despendido em aportes financeiros anuais pelo ente, definidas na tabela a seguir.

TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	APORTE ANUAL (12 PARCELAS)
0	-	(132.439.227,64)			
1	2020	(138.540.296,38)	(6.101.068,74)	7.774.182,66	1.673.113,92
2	2021	(143.826.301,39)	(5.286.005,01)	8.132.315,40	2.846.310,39
3	2022	(146.527.934,63)	(2.701.633,25)	8.442.603,89	5.740.970,65
4	2023	(146.441.922,74)	86.011,90	8.601.189,76	8.687.201,66

5	2024	(146.261.632,08)	180.290,66	8.596.140,86	8.776.431,52
6	2025	(145.978.051,74)	283.580,34	8.585.557,80	8.869.138,14
7	2026	(145.581.360,06)	396.691,68	8.568.911,64	8.965.603,31
8	2027	(145.060.852,04)	520.508,02	8.545.625,84	9.066.133,86
9	2028	(144.404.860,18)	655.991,87	8.515.072,01	9.171.063,88
10	2029	(143.600.668,24)	804.191,93	8.476.565,29	9.280.757,22
11	2030	(142.634.417,36)	966.250,88	8.429.359,23	9.395.610,11
12	2031	(141.491.003,61)	1.143.413,75	8.372.640,30	9.516.054,05
13	2032	(140.153.966,53)	1.337.037,08	8.305.521,91	9.642.558,99
14	2033	(138.605.367,59)	1.548.598,94	8.227.037,84	9.775.636,78
15	2034	(136.825.657,79)	1.779.709,81	8.136.135,08	9.915.844,89
16	2035	(134.793.533,38)	2.032.124,41	8.031.666,11	10.063.790,52
17	2036	(132.485.778,74)	2.307.754,64	7.912.380,41	10.220.135,05
18	2037	(129.877.095,07)	2.608.683,67	7.776.915,21	10.385.598,88
19	2038	(126.939.913,83)	2.937.181,23	7.623.785,48	10.560.966,71
20	2039	(123.644.193,45)	3.295.720,39	7.451.372,94	10.747.093,33
21	2040	(119.957.197,75)	3.686.995,69	7.257.914,16	10.944.909,85
22	2041	(115.843.254,70)	4.113.943,05	7.041.487,51	11.155.430,56
23	2042	(111.263.493,37)	4.579.761,33	6.799.999,05	11.379.760,38
24	2043	(106.175.557,45)	5.087.935,93	6.531.167,06	11.619.102,99
25	2044	(100.533.293,06)	5.642.264,38	6.232.505,22	11.874.769,60
26	2045	(94.286.408,67)	6.246.884,39	5.901.304,30	12.148.188,69
27	2046	(87.380.104,44)	6.906.304,23	5.534.612,19	12.440.916,42
28	2047	(79.754.668,47)	7.625.435,97	5.129.212,13	12.754.648,10
29	2048	(71.345.036,85)	8.409.631,62	4.681.599,04	13.091.230,66
30	2049	(62.080.314,31)	9.264.722,54	4.187.953,66	13.452.676,20
31	2050	(51.883.251,96)	10.197.062,35	3.644.114,45	13.841.176,80
32	2051	(40.669.678,21)	11.213.573,75	3.045.546,89	14.259.120,64
33	2052	(28.347.878,78)	12.321.799,43	2.387.310,11	14.709.109,54
34	2053	(14.817.921,14)	13.529.957,64	1.664.020,48	15.193.978,13
35	2054	29.081,52	14.847.002,66	869.811,97	15.716.814,64

Art. 5º - As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e aporte financeiro para amortização do Déficit Atuarial, relativas ao exercício de 2020 (ano inicial), serão exigidas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 6º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente e o Aporte Financeiro para amortização do Déficit Atuarial, poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Novo do Parecis, 10 de julho de 2020.

RAFAEL MACHADO
Prefeito Municipal

PUBLICADA EM ____/____/____ NO ____

Nome: _____ (Assinatura)
Cargo: _____
Matrícula: _____



**FUNSEM - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
CNPJ 24.734.238/0001-09**

Ofício nº 063/2020 - FUNSEM

PROTOCOLO	
Nº	9873/2020
DATA:	16/08/20 HORA: 8:18
ASS.:	micheli

Campo Novo do Parecis-MT, 17 de Agosto de 2020.

Ao Ilustríssimo Sr.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis - MT

Ilustríssimo Senhor Prefeito.

Vimos por meio deste comunicar que o valor da Compensação Previdenciária, do Plano de Custeio Vigente, na Reavaliação Atuarial/2020 está incorreta. Por conta disso, segue em anexo a página 87 retificada em relação as Provisões Matemáticas Previdenciárias do Plano de Custeio Vigente.

Esta retificação não impactou no Resultado Financeiro e Atuarial apresentado no Cálculo Atuarial 2020, não alterando o Plano de Custeio de Equilíbrio.

Aproveito a oportunidade para comunicar que no dia 24 de julho de 2020 as 10 horas e 36 minutos, sob nº 8726/2020 fora protocolado o ofício 50/2020, que trata do Projeto de Lei de Aprovação da Nova Alíquota de Contribuição Patronal. O certo é que, gostaríamos que o art. 3 do projeto seja alterado. Pois, conforme esboço do projeto de Lei, que segue em anexo, o valor do custo normal mensal não foi alterado, mas devido a necessidade de deixar explícito o valor do custo normal do Ente Federativo e o valor da taxa administrativa, fez-se necessário essa alteração.

Sendo assim, solicitamos que seja alterado o art. 3 do o Modelo de Projeto de Lei antes que o mesmo seja encaminhado a Câmara de Vereadores do Município de Campo Novo



**FUNSEM - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICO
MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT**

CNPJ 24.734.238/0001-09

FUNSEM

do Parecis-MT, para apreciação e que a página 87 da Reavaliação Atuarial/2020 seja substituída.

Certo de podermos contar com a honrosa solidariedade de Vossa Excelência, antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,

Wilson Leal Miranda
Diretor Executivo - Funsem
Portaria 1.115/2017

PROJETO DE LEI - LEI Nº NNNN/AAAA

Dispõe sobre a Reavaliação Atuarial/2020 e altera as alíquotas de contribuição previdenciária devidas pelos Segurados e pelo Ente, ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo dos Parecis - MT, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal de Campo Novo dos Parecis - MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CONSIDERANDO a alteração da alíquota de contribuição para os servidores públicos ativos de qualquer dos Poderes da União trazida pela Emenda Constitucional 103/19 em seu artigo 11 e a sua entrada em vigor; e

CONSIDERANDO o reinício da contagem do prazo máximo de 35 (trinta e cinco anos) para o plano de amortização, a contar da publicação desta lei, trazida pelo artigo 6º, I, da Instrução Normativa SPREV nº 007/2018, da Portaria MF 464/2018;

Art. 1º - A contribuição previdenciária de responsabilidade dos servidores ativos, relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 14,00% (quatorze por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, conforme Lei Municipal nº 2.112 de 10 de junho de 2020.

Art. 2º - De uma contribuição mensal dos aposentados e pensionistas igual a 14,00% (quatorze por cento), calculada sobre a parcela dos proventos que superarem o teto máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, conforme Lei Municipal nº 2.112 de 10 de junho de 2020.

Art. 3º - A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, será de 20,35% (vinte inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) e a taxa administrativa referente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 2% (dois por cento). Perfazendo assim, o custo normal mensal de 22,35% (vinte e dois inteiros e trinta e cinco centésimos por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 4º - Fica instituído plano de amortização, destinado ao equacionamento do déficit atuarial, despendido em aportes financeiros anuais pelo ente, definidas na tabela a seguir.

TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	APORTE ANUAL (12 PARCELAS)
0	-	(132.439.227,64)			
1	2020	(138.540.296,38)	(6.101.068,74)	7.774.182,66	1.673.113,92
2	2021	(143.826.301,39)	(5.286.005,01)	8.132.315,40	2.846.310,39

3	2022	(146.527.934,63)	(2.701.633,25)	8.442.603,89	5.740.970,65
4	2023	(146.441.922,74)	86.011,90	8.601.189,76	8.687.201,66
5	2024	(146.261.632,08)	180.290,66	8.596.140,86	8.776.431,52
6	2025	(145.978.051,74)	283.580,34	8.585.557,80	8.869.138,14
7	2026	(145.581.360,06)	396.691,68	8.568.911,64	8.965.603,31
8	2027	(145.060.852,04)	520.508,02	8.545.625,84	9.066.133,86
9	2028	(144.404.860,18)	655.991,87	8.515.072,01	9.171.063,88
10	2029	(143.600.668,24)	804.191,93	8.476.565,29	9.280.757,22
11	2030	(142.634.417,36)	966.250,88	8.429.359,23	9.395.610,11
12	2031	(141.491.003,61)	1.143.413,75	8.372.640,30	9.516.054,05
13	2032	(140.153.966,53)	1.337.037,08	8.305.521,91	9.642.558,99
14	2033	(138.605.367,59)	1.548.598,94	8.227.037,84	9.775.636,78
15	2034	(136.825.657,79)	1.779.709,81	8.136.135,08	9.915.844,89
16	2035	(134.793.533,38)	2.032.124,41	8.031.666,11	10.063.790,52
17	2036	(132.485.778,74)	2.307.754,64	7.912.380,41	10.220.135,05
18	2037	(129.877.095,07)	2.608.683,67	7.776.915,21	10.385.598,88
19	2038	(126.939.913,83)	2.937.181,23	7.623.785,48	10.560.966,71
20	2039	(123.644.193,45)	3.295.720,39	7.451.372,94	10.747.093,33
21	2040	(119.957.197,75)	3.686.995,69	7.257.914,16	10.944.909,85
22	2041	(115.843.254,70)	4.113.943,05	7.041.487,51	11.155.430,56
23	2042	(111.263.493,37)	4.579.761,33	6.799.999,05	11.379.760,38
24	2043	(106.175.557,45)	5.087.935,93	6.531.167,06	11.619.102,99
25	2044	(100.533.293,06)	5.642.264,38	6.232.505,22	11.874.769,60
26	2045	(94.286.408,67)	6.246.884,39	5.901.304,30	12.148.188,69
27	2046	(87.380.104,44)	6.906.304,23	5.534.612,19	12.440.916,42
28	2047	(79.754.668,47)	7.625.435,97	5.129.212,13	12.754.648,10
29	2048	(71.345.036,85)	8.409.631,62	4.681.599,04	13.091.230,66
30	2049	(62.080.314,31)	9.264.722,54	4.187.953,66	13.452.676,20
31	2050	(51.883.251,96)	10.197.062,35	3.644.114,45	13.841.176,80
32	2051	(40.669.678,21)	11.213.573,75	3.045.546,89	14.259.120,64
33	2052	(28.347.878,78)	12.321.799,43	2.387.310,11	14.709.109,54
34	2053	(14.817.921,14)	13.529.957,64	1.664.020,48	15.193.978,13
35	2054	29.081,52	14.847.002,66	869.811,97	15.716.814,64

Art. 5º - As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e aporte financeiro para amortização do Déficit Atuarial, relativas ao exercício de 2020 (ano inicial), serão exigidas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 6º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente e o Aporte Financeiro para amortização do Déficit Atuarial, poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Novo do Parecis, 10 de julho de 2020.

RAFAEL MACHADO
Prefeito Municipal



Ofício nº 16/2021

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

MARCELO JOSÉ BURGEL

M. D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

**EXMOS. SRS. VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO
PARECIS**

Exmº. Sr. Presidente,

Cumprimento cordialmente Vossa Senhoria e na oportunidade venho solicitar a realização de Sessão Extraordinária, com fulcro no § 2º do art. 17 c/c inciso II do art. 18 da Lei Orgânica e c/c art. 154 do Regimento Interno da Câmara Municipal, a fim de que seja analisado e votado o Projeto de Lei 22/2021.

Consigno que a justificativa de relevância e urgência para aprovação dos Projetos de Lei supracitado já estão delineada nas mensagens legislativas.

Sendo o que tinha para o momento, reforço votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Campo Novo do Parecis, MT, 22 de março de 2021.

RAFAEL MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

Câmara Municipal Campo Novo do Parecis

Data: 22/03/2021 Hora: 16:54

Espécie: IDENTIFICAÇÃO

Autoria: Gabinete do Prefeito

Assunto: Ofício nº 16/2021.

Av. Mato Grosso, 66-NE | Centro | CEP 78.300-000

CNPJ 24.772.287/0001-36 | Fone (65) 3382-5100